

Estudo bibliométrico das principais teorias organizacionais publicadas sobre privatizações brasileiras

As teorias organizacionais conquistaram avanços nas diversas organizações públicas, buscando compreender e explicar a complexidade envolvida nessas relações. O objetivo deste artigo é fazer um estudo bibliométrico sobre as teorias organizacionais mais utilizadas na produção científica acerca das privatizações públicas brasileiras dos autores que mais contribuíram sobre o tema, utilizando, para tal, a base de dados Web of Science. Trata-se de pesquisa de natureza aplicada, cujo objetivo da pesquisa é ser descritiva e utiliza-se a abordagem mista, ou seja, quantitativa e qualitativa com uso da técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicaram que as teorias organizacionais mais citadas foram a Teoria da Escolha Pública e a Teoria Institucional, o autor com mais publicações é Rui Cunha Marques, as palavras-chave mais utilizadas foram Privatization e Brazil, o país que mais publicou foram os Estados Unidos (USA), dentre as 20 Instituições de pesquisa que mais contribuíram, apenas 6 são brasileiras, a revista científica que mais publicou foi a Humanidades & Inovação, destaca-se ano 2020 com mais publicações, a categoria do Web of Science em que os trabalhos mais se enquadraram foi economics, e por fim, o idioma de predominância nas publicações é o inglês.

Palavras-chave: Privatização; Organização pública; Teorias organizacionais; Bibliometria; Brasil.

Bibliometric study of the main organizational theories published on brazilian privatization

Organizational theories have achieved advances in various public organizations, seeking to understand and explain the complexity involved in these relationships. The objective of this article is to carry out a bibliometric study on the organizational theories most used in scientific production about Brazilian public privatizations of the authors who contributed most on the subject, using the Web of Science database. This is an applied research, whose research objective is to be descriptive and uses a mixed approach, that is, quantitative and qualitative using the content analysis technique. The results indicated that the most cited organizational theories were Public Choice Theory and Institutional Theory, the author with the most publications is Rui Cunha Marques, the most used keywords were Privatization and Brazil, the country that published the most was the United States (USA), among the 20 research institutions that contributed the most, only 6 are Brazilian, the scientific journal that published the most was Humanidades & Inovação, the year 2020 stands out with the most publications, the Web of Science category in which the works most fit was economics, and finally, the predominant language in publications is English.

Keywords: Privatization; Public organization; Organizational theories; Bibliometrics; Brazil.


Topic: **Área Temática**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.


Received: **01/12/2022**

Approved: **25/11/2022**

Bárbara Jinny Ferreira 
Universidade Federal de Rondônia, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1653916979783208>
<https://orcid.org/0000-0002-4068-4115>
barbarajinny@gmail.com

Karolina Gomes Nunes Pereira 
Universidade Federal de Rondônia, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3573047326775924>
<https://orcid.org/0000-0003-0987-0566>
karol_gomesnn@hotmail.com

Edilson Bacinello
Universidade Federal de Rondônia, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1375042157948284>
edilsonbaci@unir.br

Iluska Lobo Braga 
Universidade Federal de Rondônia, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5471499041003382>
<https://orcid.org/0000-0002-3640-5021>
iluska.lobo@unir.br



DOI: 10.6008/CBPC2179-684X.2022.004.0002

Referencing this:

FERREIRA, B. J.; PEREIRA, K. G. N.; BACINELLO, E.; BRAGA, I. L.. Estudo bibliométrico das principais teorias organizacionais publicadas sobre privatizações brasileiras. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.13, n.4, p.17-33, 2022. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2022.004.0002>

INTRODUÇÃO

Inicialmente, ressalta-se que é uma tendência amplamente constatada que a teoria organizacional e gerencial usar conceitos e teorias de outras disciplinas para o processo de desenvolvimento das teorias endógenas (OSWICK et al., 2011, citado por NOGUEIRA et al., 2015). Reconhece-se que o mesmo acontece com os estudos de aprendizagem em organizações, que buscam conceitos, premissas e metáforas de outras ciências (NOGUEIRA et al., 2015). Sabe-se que o qual é importante o uso das teorias organizacionais, pois empresas falecem jovens quando suas políticas e práticas baseiam-se exclusivamente no pensamento e linguagem da economia, ignorando o humano, enquanto as longevas têm a personalidade harmoniosa que lhes permitem conciliar o econômico e o social (GEUS, 2006).

O estudo de organização começou por meio do estudo de caso, em que se podia sentir o forte impacto de uma tradição antropológica, a exemplo do caso da fábrica de Hawthorne da Western Electric, que tanta importância teve para a área, foi feito por G. Elton Mayo, que pessoalmente tivera uma formação em antropologia (BERTERO, 1981).

Paradoxalmente, o caso, como método de pesquisa e forma de registrar conhecimento organizacional, ao mesmo tempo que era louvado pelas contribuições trazidas tinha suas limitações apontadas, centradas no problema de agregação de conhecimento ou de generalização, tópico central ao próprio conhecimento científico (BERTERO, 1981).

Daí, partiu da crítica ao estudo de casos em organização surgiu a alternativa da análise comparativa, que levanta uma série de problemas de operacionalização de aspectos ou variáveis organizacionais que não se colocavam no estudo de caso, no qual diversos autores se dedicaram à crítica do método do caso e propuseram alternativas, mas aquele que maior influência exerceu em prol do desenvolvimento de uma ciência organizacional apoiada na análise 31 comparada da organização foi P. M. Blau, e assim, o trabalho de comparar organizações, implicou conhecer menos de cada organização em particular, mas, por outro lado, leva ao conhecimento de um determinado aspecto ou variável em número grande de organizações, que pode ser tanto um universo como uma amostra (BERTERO, 1981).

Do outro lado desse estudo está a privatização no Brasil, na qual ocorre o processo de transferência das empresas estatais da indústria de transformação ao setor privado, as perspectivas que se colocam para o programa brasileiro situam-se, basicamente, na infraestrutura econômica e nos serviços públicos (MOREIRA, 1994).

Sabe-se que desde o primeiro choque do petróleo, o foco da política econômica brasileira deslocou-se do crescimento para a estabilização, tal atitude em relação às empresas estatais (EES) do país também começou a mudar a partir de então, processo que resultou em um dos maiores programas de privatização do mundo (PINHEIRO et al., 2000).

Enquanto, o Brasil buscava a estabilização da economia e retomar o crescimento sustentado, formou-se um elo entre a privatização e a política macroeconômica naquela época, principalmente ao encaminhar para o Congresso Nacional, em março de 1990, a Medida Provisória 155, contendo o que viria a

ser a base legal do Programa Nacional de Desestatização (PND) do país, chamada de privatização, em que o Poder Executivo tencionava usar a privatização para reduzir a dívida pública e consolidar o plano de estabilização promulgado na mesma ocasião (PINHEIRO et al., 2000). Assim, o Brasil teve três presidentes, sendo um deles foi deposto por impeachment e o outro adversário da privatização, o que fez a gestão da política econômica ser caracterizada, nesse período, por muitos reveses e alguns êxitos (PINHEIRO et al., 2000).

E, ainda, apesar do alcance da privatização, ficou conservado durante todo esse período a mesma base legal e institucional, em grande parte baseado na experiência do século passado, mas tanto as demais metas de privatização como os argumentos favoráveis e a relação direta entre a privatização e a política macroeconômica, estas mudaram com o passar do tempo (MOREIRA, 1994).

Nesse contexto, apresenta-se uma grande produção científica a respeito das privatizações públicas brasileiras ao redor do mundo, com autores e/ou coautores nacionais ou estrangeiros, com aplicações de teorias organizacionais e análises da eficiência desse processo, por isso, o presente artigo tem por objetivo geral realizar um estudo bibliométrico sobre as teorias organizacionais mais utilizadas na produção científica sobre privatizações públicas brasileiras dos autores que mais contribuíram com o tema.

Por fim, este estudo está estruturado por esta introdução e mais 5 seções. Na seção 2, é apresentada a revisão teórica da literatura indicando as teorias organizacionais e privatização pelo mundo e no Brasil; a seção 3 compreende à apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados; na seção 4 são apresentados e discutidos os resultados; por fim, na seção 5, são apresentadas as conclusões.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Teorias Organizacionais

De acordo com Bertero (1992), as Teorias Organizacionais são fruto da necessidade de a Administração consolidar princípios que permitissem estabelecer um conjunto de conhecimento ordenado e metodologia adequada ao estudo desse campo, possibilitando que o conhecimento formulado fosse transmitido por meio de um processo formal de educação.

A prioridade organizacional sempre esteve voltada à construção de métodos, técnicas e procedimentos que auxiliem o funcionamento da organização com a finalidade de atingir a eficiência e a eficácia organizacional, na qual o humano, na maioria das vezes, foi deixado para trás em prol da economia, causando desigualdades, mecanismos de poder e de dominação das pessoas; ou seja, alienação do trabalhador ao sistema de produção, como também desconsiderados ou subordinados à modernização, aos avanços científicos, à racionalidade técnica e à lucratividade, especialmente os do âmbito social (DURANTE et al., 2008).

De forma a conceituar de maneira adequada, é interessante notar os diversos significados de organização, que começa com ato ou efeito de organizar-se, ou pôr as coisas em ordem; o segundo sentido, em alguma medida, explica a associação histórica das organizações com uma visão biológica (NOGUEIRA et

al., 2015).

Ressalta-se que a palavra organização vem do radical “organ”, cujo sentido é também biológico; por fim, o significado semântico seguinte, talvez pela forte influência da teoria de sistemas, diz que organização é o modo pelo qual se organiza um sistema, sem definir exatamente o que é sistema (NOGUEIRA et al., 2015).

Entretanto, a conceituação que coincide com aquele que se trata em Teorias Organizacionais é associação ou instituição com objetivos definidos. Nesse sentido é que o significado comum se apresenta próximo, ou semelhante, ao construto científico, de conjunto de recursos físicos, humanos e financeiros organizados para a consecução de objetivos pré-definidos (NOGUEIRA et al., 2015).

As teorias organizacionais surgem em dado momento histórico de um modo de produção determinado, o capitalismo (BERTERO, 1992). Assim, não são condições atemporais que envolvem e impõem as teorias organizacionais, mas as condições dadas pelo capitalismo desde então, portanto, considerando que a primeira sistematização, no sentido de formulação completa da teoria da gerência, tenha sido de fato aquela realizada por Taylor, no fim do século XIX e começo do século XX (NOGUEIRA et al., 2015). Foram os primeiros a se preocuparem com os problemas organizacionais de trabalho no meio do capitalismo, enfatizando que na análise das teorias organizacionais sob a ótica do materialismo histórico deve-se considerar as condições dadas pelo capitalismo (BRAVERMAN, 1977).

As teorias organizacionais avançaram nas diversas organizações públicas, no sentido de compreender a complexidade das relações que ocorrem (DURANTE et al., 2008). Assim, percebe-se também que o desenvolvimento humano impulsiona sempre o organizacional e o social, em que o processo de gestão necessita do avanço para que esse desenvolvimento não permaneça no discurso dos gestores, teóricos ou intelectuais, mas viabilizado na prática. O trabalhador não é um recurso, mas um sujeito ativo, um agente sempre presente no processo de gestão e de desenvolvimento (NOGUEIRA et al., 2015).

Diversos estudos foram se solidificando na tentativa de identificar a aplicação das teorias na prática e em diversos campos, como na área de gestão em Saúde Coletiva, de modo a pautar a aprendizagem voltada a transformações sociais e mudanças organizacionais, democratizando os processos de gestão de políticas públicas (WEISS e KEHRIG, 2016); ou debates críticos que focaram a interação entre as perspectivas teóricas, muitas vezes colocadas como divergentes, mas buscando a preservação da autenticidade de suas diferenças, de modo a preservar as vantagens do pluralismo teórico (ASTLEY et al., 2005).

Ainda, estudos relacionados à utilização das teorias organizacionais foram feitos a partir de artigos acadêmicos apresentados no Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD), no período de 2005 a 2008, demonstrando que a Teoria Institucional foi predominante, seguida das Teoria da Estruturação, das Representações Sociais, Crítica, da Agência e dos Custos de Transação (MOTA et al., 2010); de mesmo modo, foram analisadas as teorias de base em teses dos Programas de Pós-Graduação em Contabilidade da Região Sul do Brasil, mostraram que as Teorias da Agência e Contingencial são as que mais foram utilizadas nos trabalhos, sendo citadas outras teorias relacionadas, como a dos Custos de Transação, das Organizações e da Firma (TRAJANO et al., 2017).

Nesse contexto, outras teorias se apresentam, implícita ou explicitamente, no presente trabalho, além das mencionadas em estudos anteriores. Apresenta-se a seguir, no Quadro 1, o conceito das teorias encontradas e que serão detalhadamente discutidas na seção 4:

Quadro 1: Conceito das teorias de base utilizadas.

Teoria	Conceito
Teoria dos Stakeholders (CAMPOS et al., 2018)	Todos as partes envolvidas (acionistas, empregados, clientes, fornecedores, credores e sociedade) nas atividades da organização têm interesse legítimo e por isso seus interesses devem ser priorizados;
Teoria da Ação Coletiva (TIERLING et al., 2016)	Ação realizada por mais de uma pessoa movida pelo objetivo comum quando esse objetivo é menos custoso se buscado coletivamente em vez de individualmente;
Teoria Econômica da Regulação (SALGADO, 2003)	Devido às falhas de mercado, o Estado deve conduzir o desenvolvimento econômico promovendo o bem-estar e a eficiência;
Teoria da Escolha Pública (SALGADO, 2003)	Em qualquer ambiente, seja público ou privado, os indivíduos são movidos pelo interesse próprio;
Teoria da Agência (MARENGO et al., 2012)	Baseada nos conflitos de interesse originados da relação entre o principal (proprietário do capital da empresa) e o agente (responsável pela gestão dos recursos da empresa);
Teoria da Firma (SILVA FILHO, 2006)	Conceito neoclássico: as organizações são vistas como caixa-preta e se organizam somente para maximizar lucros; Nova Economia Institucional: a partir da abordagem da governança, a firma se orienta por interesses e soluções de conflitos, pois o mercado capitalista é dinâmico, sem perder o foco na lucratividade;
Teoria dos Direitos de Propriedade (KIM et al., 2005)	Aspecto econômico: o direito do indivíduo em usar um recurso; Aspecto jurídico: proteção legal dos direitos de propriedade e execução por terceiros; o aspecto econômico complementa o jurídico;
Teoria dos Custos de Transação (SARTO et al., 2015)	Partindo do pressuposto de que as relações internas e externas à organização são pautadas por contratos, envolvendo promessas e expectativas, esse processo de preparar, negociar e proteger as questões envolvidas requer estudos, tempo, cálculo e custos;
Teoria Institucional (NASCIMENTO et al., 2010)	As organizações atuam em função de regras, procedimentos, crenças e valores, de forma que o funcionamento dessa organização é influenciado por pressões internas e externas.

Nas palavras de Rezende (2017), qualquer que seja a ciência social, deve “investigar todas as possibilidades, conhecidas ou concebíveis, do seu universo de contemplação, a fim de verificar se novas e mais significativas formulações desse mesmo universo são necessárias”, sob pena de não ultrapassar o status de mera ideologia.

Privatização pública

A privatização pública, originária do país Grã-Bretanha, no início dos anos 80, começou sob o comando de Margareth Thatcher, cuja iniciativa baseava-se em forte convicção ideológica desse país e ao redor do mundo estavam os diversos dirigentes de países que assistiam e participavam dessa mudança em diferentes graus e intensidades, e assim a privatização pública tornou-se um dos assuntos amplamente debatido, pois de fato foi um processo intenso de transferência das atividades controladas, administradas ou operadas pelo Estado para o setor privado, contemplando tanto a esfera produtiva direta quanto os chamados serviços de utilidade pública (MOREIRA, 1994).

Dados a condição ideológica e pioneira de Margareth Thatcher, muito tempo depois, verificou-se que não foram consideradas adequadamente as eventuais necessidades de reestruturação prévia de alguns setores e de estabelecimento de uma política global e sua consequente regulamentação específica, até mesmo pelo fato do pioneirismo, a exemplo disso foram as críticas aos modelos de privatização da British

Gas e da British Telecom, como também o impasse que ainda permeia as decisões acerca da privatização da British Rail (MOREIRA, 1994).

O cenário é sempre o mesmo, independente do país, ou seja, um país precisa de grandes quantidades de capital, possui um monopólio de empresas caras e ineficientes e resolve vendê-las (PELAEZ, 2000). E as formas de venda variam, tais como incluem venda direta da empresa ao público, venda parcial da empresa ao público, eliminação dos subsídios, venda da estatal a outras empresas ou consórcios e desregulamentação e reestruturação (PELAEZ, 2000).

Em muitos programas de privatizações públicas implementados pelo mundo apresentam duas motivações básicas principais: aumentar a eficiência da economia e colaborar para o ajuste das contas públicas (PINHEIRO, 1996). Para Moreira (1994), a privatização pública “deve ser entendida como parte de um projeto de redefinição do papel do Estado na atividade econômica e como um dos instrumentos auxiliares no processo de elevação da eficiência global da economia”.

Assim, de modo geral, essa experiência tem mostrado que a motivação fiscal tem prevalecido na prática, com a privatização pública sendo usualmente adotada por governos com dificuldades de fechar suas contas, mas é a busca pela maior eficiência realmente que, efetivamente justifica a implementação de programas de desestatização da máquina pública dos países, pois o aumento da eficiência garante o crescimento dos lucros, da renda e das receitas fiscais, portanto, enquanto os ganhos fiscais da privatização são em larga medida transitórios, o aumento da eficiência permite um crescimento permanente na renda (PINHEIRO, 1996).

Privatização pública no Brasil

Ao longo dos anos 80, o movimento de privatização pública adquiriu dimensão internacional, à medida que outros países europeus criaram os programas de privatização, com foco de enfrentar a sucessão de crises fiscais e os déficits públicos crescentes e, então, nessa época também a privatização chegou à América Latina (MOREIRA, 1994).

No Brasil, esse processo também tem início nessa época, e considera-se o marco da privatização pública no país quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio da subsidiária BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que atua no mercado de capitais, aliena participações majoritárias que detinha em 14 empresas, cujo controle havia assumido em função de problemas de natureza econômico-financeira por estas enfrentados (MOREIRA, 1994).

Já em 1990, com a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), o Governo Federal confere prioridade à privatização pública, como parte integrante do conjunto de medidas concebido para promover a reforma do Estado e redefinir seu papel na economia do país, inicialmente, coube ao BNDES a função de gestor do PND e, depois, do Fundo Nacional de Desestatização (FND) (MOREIRA, 1994).

Percebe-se que a importância dos objetivos macroeconômicos para o estímulo e a moldagem da privatização pública já foi há muito tempo reconhecida pela literatura econômica, entretanto a relevância da privatização como forma de dar sustentação a programas bem-sucedidos de estabilização econômica é muito

mais controversa, então, a experiência brasileira é interessante porque forneceu indícios de efeitos nesses dois sentidos (PINHEIRO et al., 2000).

São cinco aspectos da ligação entre privatização e política macroeconômica no Brasil revestem-se de interesse especial: primeiro, o fraco desempenho econômico foi o motivo mais importante para a privatização; segundo, a privatização não era um elemento central da política macroeconômica, mas representou um importante papel na sinalização do compromisso de reduzir a participação do Estado na economia, sem a qual o Brasil poderia ter mais dificuldade no acesso aos mercados de capital estrangeiros; terceiro, o fracasso no controle da inflação limitava até há poucos anos a possibilidade dos governos de adotar um programa mais ambicioso de privatização; quarto, a privatização foi essencial para sustentar o Plano Real, função que continua a desempenhar em menor escala e as grandes privatizações de 1997/98 permitiram ao Brasil atrair significativos investimentos externos diretos, o que ajudou a financiar o grande déficit em conta corrente e a impedir que a dívida pública fugisse ao controle, apesar dos vultosos déficits públicos registrados desde 1995; e, quinto, embora a importância da privatização em termos macroeconômicos tenha sido reconhecida, tem-se enfatizado o seu impacto de curto prazo, sendo quase inteiramente desprezados os benefícios fiscais permanentes, que se calcula serem substanciais (PINHEIRO et al., 2000).

Assim, neste sentido, há que se considerar ao se avaliar o programa de privatização pública brasileiro, entre outros aspectos, a sua concentração em empresas da indústria de transformação, especialmente dos setores siderúrgico e petroquímico, também o fato de o sistema financeiro não ter sido, no passado, objeto de nacionalização, como ocorreu no México, e por fim as disposições constitucionais relativas, a exemplo os setores de telecomunicações e petróleo, em que outros países contribuíram com valores expressivos em seus programas (MOREIRA, 1994).

METODOLOGIA

Esta pesquisa classifica-se como pesquisa aplicada quanto à sua natureza, bem como tem caráter descritiva, pois para Gil (2002) a pesquisa aplicada tem o objetivo de gerar conhecimento prático e o caráter descritiva é a que se descreve sobre um fenômeno ou objeto de estudo, como população, sociedade, governo e o estabelecimento das relações entre as suas diversas variáveis.

A abordagem neste estudo é mista, uma vez que é quantitativa, pois consiste na quantificação dos dados coletados, usando-se de fórmulas, tabelas e quadros para análise das informações obtidas durante a pesquisa, bem como, é qualitativa, pois interpreta-se e analisa-se os dados obtidos, atribuindo-os significados que não poderiam ser quantificados (GIL, 2002).

Utiliza-se da técnica de análise de conteúdo para o tratamento de dados na parte qualitativa, cujo principal objetivo da prática é extrair informações úteis a partir dos dados (BARDIN, 2011). A análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin, consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação (GODOY, 1995).

Como método de quantificação dos dados coletados utiliza-se a bibliometria, que é o termo colocado por Allan Pritchard, em seu artigo *Statistical Bibliography or Bibliometrics*, publicado em 1969, para denotação de área de estudo que utilizando os métodos matemáticos e estatísticos com a finalidade de investigação e quantificação de processos de comunicação escrita (PAO, 1989). Já outra definição muito conhecida é que a bibliometria sendo o estudo dos aspectos quantitativos da produção científica, a disseminação e o uso da informação publicada e validada (TAGUE-SUTCLIFFE, 1992). De forma geral, a bibliometria pode-se definir como um conjunto de leis e princípios aplicados a métodos estatísticos e matemáticos que mapeiam a produtividade científica, na qual são adotadas, respectivamente, as leis de Bradford, de Lotka e de Zipf (CAFÉ et al., 2008).

A base de dados escolhida foi a Web of Science, a qual possui quase 1,9 bilhão de referências citadas em mais de 161 milhões de registros, com mais de 9 mil instituições acadêmicas, corporativas e governamentais, tendo 254 áreas temáticas com mais de 161 milhões de registros.

Para iniciar a pesquisa das teorias organizacionais utilizadas na produção científica sobre privatizações públicas brasileiras, utiliza-se a metodologia proposta, sendo o primeiro passo acessar a base de dados Web of Science, dia 30 de julho de 2022, realizar a busca por meio da opção pesquisa avançada e com a utilização de termos em inglês que se encaixavam no tema de privatizações públicas brasileiras. Para tanto, utilizou-se como algoritmo da pesquisa os termos desta forma: (TS=("privatization") AND ("Brazil")), que significam privatização e Brasil em português, respectivamente, e o campo de pesquisa escolhido foi "Tópico" (sigla TS), em que se pesquisaria esses termos nos campos de Títulos, Resumo, Palavras-chave e Keywords Plus. Dessa forma, a pesquisa retornou com 245 registros do período escolhido a ser analisado, correspondendo a todos os anos da base de dados, de 1945 a 30 de julho de 2022, cujas publicações contivessem esses termos nesses campos, seja em qualquer idioma e publicado em qualquer país. Por isso, a bibliometria foi escolhida, pois avalia de maneira quantitativa a relevância das publicações selecionadas sobre o tema mediante indicadores e norteia todo o processo de seleção do referencial bibliográfico que melhor alinha ao interesse do assunto em estudo (MEDEIROS et al., 2015).

Por fim, os resultados extraídos da base foram compilados no VOSViewer versão 1.6.18, Bibliometrix e em planilhas eletrônicas, para avaliação dos parâmetros bibliométricos: autores, instituições de pesquisa, revistas científicas, número de publicações por ano, categorias do Web of Science, palavras-chave, tipo de produção científica e idioma de publicação. Também foi necessário usar o método de bibliografia para os conceitos das teorias organizacionais mais utilizadas da amostra.

DISCUSSÃO

Teorias organizacionais mais utilizadas

Dos sete artigos dos autores que mais contribuíram, apenas três eram de acesso gratuito à comunidade acadêmica, dos quais foi realizada leitura integral para identificar as teorias organizacionais utilizadas. O Quadro 2 apresenta as teorias em cada um dos artigos:

Quadro 2: Teorias de base utilizadas e autores citados.

Artigo	Palavras-chave	Teoria	Autores citados
Ação Coletiva e Veto em Política Pública: A Trajetória da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (1998-2002) <i>Collective action and veto players in public policy: the sanitation policy in Brazil (1998-2002)</i>	Atores Interesse Frente Serviços Ação coletiva	Teoria dos Stakeholders Teoria da Ação Coletiva Teoria Institucional	Não houve autores citados, pois as teorias foram abordadas implicitamente
O regime regulatório e o mercado de planos de saúde no Brasil <i>The regulatory regime and the health insurance industry in Brazil</i>	Regulação Mercado Empresas	Teoria Econômica da Regulação Teoria da Escolha Pública Teoria da Agência Teoria da Firma Teoria Institucional	Scott, 2006
<i>Policies and incentives for developing universal access to water and sanitation for vulnerable families</i>	Incentivos Privado Setor público Acesso Estrutura	Teoria da Escolha Pública Teoria dos Direitos de Propriedade Teoria dos Custos de Transação Teoria Institucional	Marques et al., 2020 Brown et al., 2003 Bel et al., 2008 Marques, 2021

Conforme o Quadro 2, identificou-se que em dois dos três trabalhos analisados, as teorias organizacionais foram citadas explicitamente, sendo essas a Teoria Econômica da Regulação (SCOTT, 2006), Teoria da Escolha Pública (MARQUES et al., 2020), Teoria dos Direitos de Propriedade (MARQUES et al., 2020; MARQUES 2021) e Teoria dos Custos de Transação (MARQUES et al., 2020) (BROWN et al., 2003) (BEL et al., 2008). As demais foram verificadas a partir da leitura dos trabalhos, observando-se que a Teoria Institucional, sem ter sido citado autor que embasasse a teoria, embora implicitamente, foi abordada em todos os artigos.

Para examinar as teorias foram observadas as palavras chaves que mais se repetiam nos trabalhos, a fim de fazer a correlação com a possível teoria organizacional que pudesse ter sido abordada sem, entretanto, ter sido mencionada. Assim, as teorias que estiveram presentes em, pelo menos, dois artigos, foram a Teoria da Escolha Pública a Teoria Institucional, observando-se que, nos trabalhos analisados, não foi citado autor que embasasse as teorias.

No Quadro 3 faz-se uma breve descrição das teorias encontradas, de acordo com a ênfase dada pelo artigo à respectiva teoria, sendo que essas teorias foram brevemente conceituadas no referencial teórico anteriormente apresentado.

Quadro 3: Breve descrição das teorias de base utilizadas.

Teoria	Ênfase da abordagem
Teoria dos Stakeholders	Avaliação das partes interessadas, dos autores envolvidos no processo de privatização do serviço de saneamento, principalmente por tratar-se de um serviço público;
Teoria da Ação Coletiva	Os interessados formando coalizão para construir uma estrutura e agendas guiadas por escolhas e propósitos coletivos; União de diversos atores para se oporem ao modelo que o governo visava implementar, a privatização do setor de saneamento;
Teoria Econômica da Regulação	As falhas de governo como justificativa para a reforma regulatória dos planos de saúde privados; A regulação como alternativa para eficiência e qualidade, bem como para equilibrar a relação prestador-cliente na oferta dos planos;
Teoria da Escolha Pública	Em qualquer ambiente as pessoas são movidas pelo interesse próprio; Agentes econômicos se orientam pela obtenção de renda; A regulação governamental é orientada para maiores retornos; Promover o interesse público é uma das últimas motivações;

Teoria	Ênfase da abordagem
Teoria da Agência	Incentivos econômicos; Foco na obtenção de lucro pelas empresas que assumem serviços públicos;
Teoria da Firma	Intervenção na indústria de planos de saúde privados; A regulação afetando a economia de escala; Aumento dos custos de transação pelo crescimento de despesas operacionais;
Teoria dos Direitos de Propriedade	Criação de ambiente favorável à participação do setor privado por meio de privatizações, concessões e parcerias público-privadas;
Teoria dos Custos de Transação	A complexidade contratual que envolve as transações com o setor público encarece essa relação, portanto, essa é uma desvantagem; Burocracia excessiva e que permeia o processo também aumentam os custos das transações;
Teoria Institucional	As organizações estão sujeitas a pressões normativas, sejam internas ou externas; As organizações são estruturas complexas que merecem análise; As organizações são socialmente construídas, principalmente quando se trata de serviços públicos.

Autores

A identificação de autores com os maiores números de publicações é muito importante para o reconhecimento pelos grupos de pesquisadores e fazer parte da maior expressividade na área de privatizações públicas brasileiras. A Figura 1 apresenta os dez autores que mais contribuíram com as publicações da amostra.

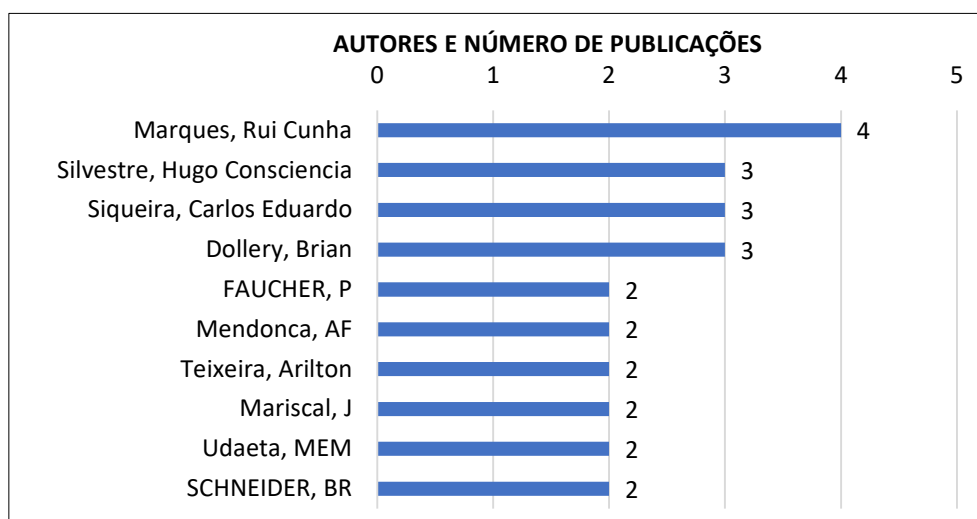


Figura 1: Distribuição de autores com maior destaque pelo número de publicações.

No primeiro lugar está o autor Rui Cunha Marques com quatro publicações. Ressalta-se que os demais autores identificados na amostra apenas produziram única publicação. A Figura 2, no mapa gerado pelo Bibliometrix, apresenta a produtividade dos autores com o auxílio da Lei de Lotka que mede a frequência de publicação de autores em qualquer área.

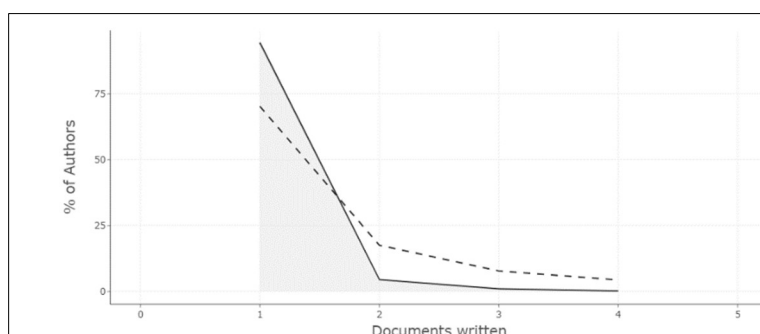


Figura 2: Produtividade dos autores por meio da Lei de Lotka.

Palavras-chave

A forma pela qual é possível a identificação e ampliação da abrangência das ferramentas de procura é utilizando as palavras-chave, um dos itens de composição mais importantes do trabalho científico, pois são indicadores de assuntos abordados e por essas palavras-chave pode-se identificar o tema do artigo. A Figura 3 apresenta, pelo mapa gerado no VOSViewer, as 73 palavras-chave mais utilizadas nos 245 registros analisados.

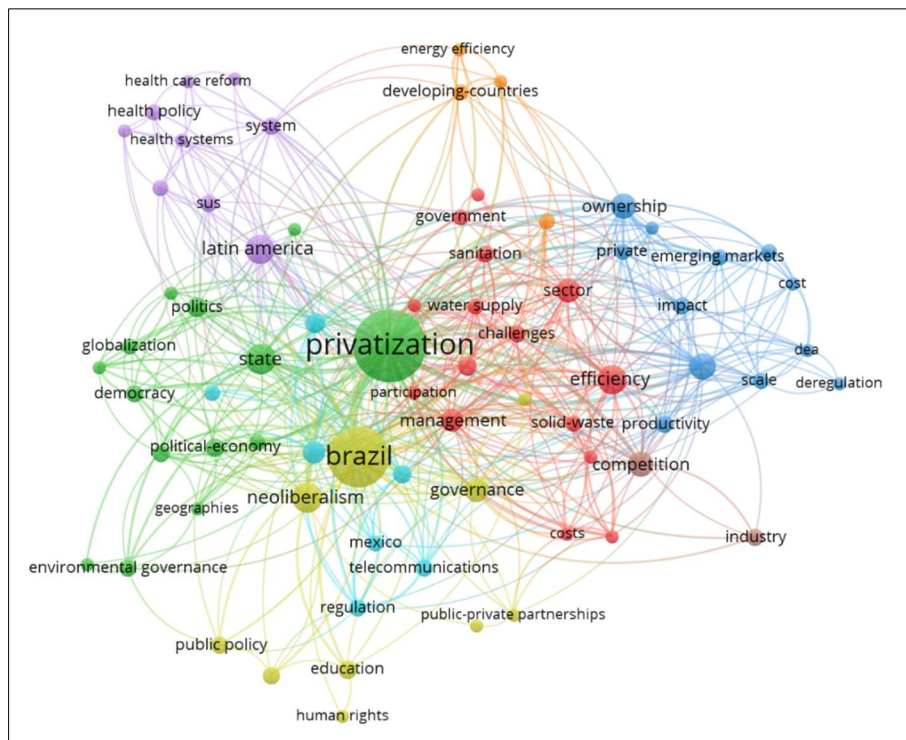


Figura 3: As 73 palavras-chave mais utilizadas e indicação das concorrências.

Entre as palavras-chave mais utilizadas, houve predominância dos termos *Privatization* e *Brazil*, que significam, respectivamente, privatização e Brasil, com total de 145 ocorrências.

Países

Foram também identificados os países que mais tenham colaborado com a produção científica sobre privatizações públicas brasileiras. A Figura 4 apresenta, pelo mapa gerado no VOSViewer, a interação entre os 25 países que mais contribuíram com os autores.

Foi possível identificar, pelo tamanho dos círculos, que USA (Estados Unidos) com 53 artigos England (Inglaterra) com 11 artigos e Argentina com oito artigos, do primeiro ao terceiro lugar da amostra de 245 artigos sobre as privatizações públicas brasileiras, respectivamente.

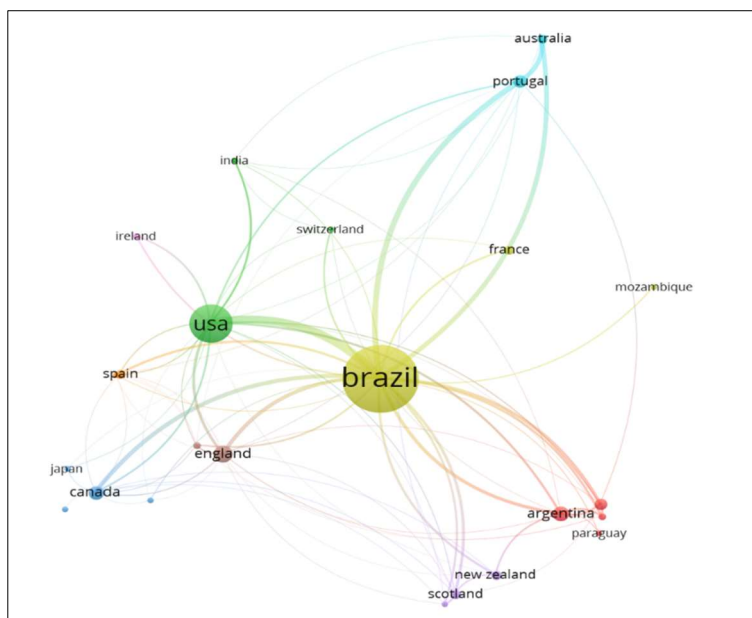


Figura 4: Os 25 países que mais contribuíram.

Instituições de pesquisa

Outra importante análise é das instituições de pesquisa que mais contribuíram para a produção científica na área de privatizações públicas brasileiras. Na Figura 5 destacam-se as 20 instituições que mais contribuíram com o tema.

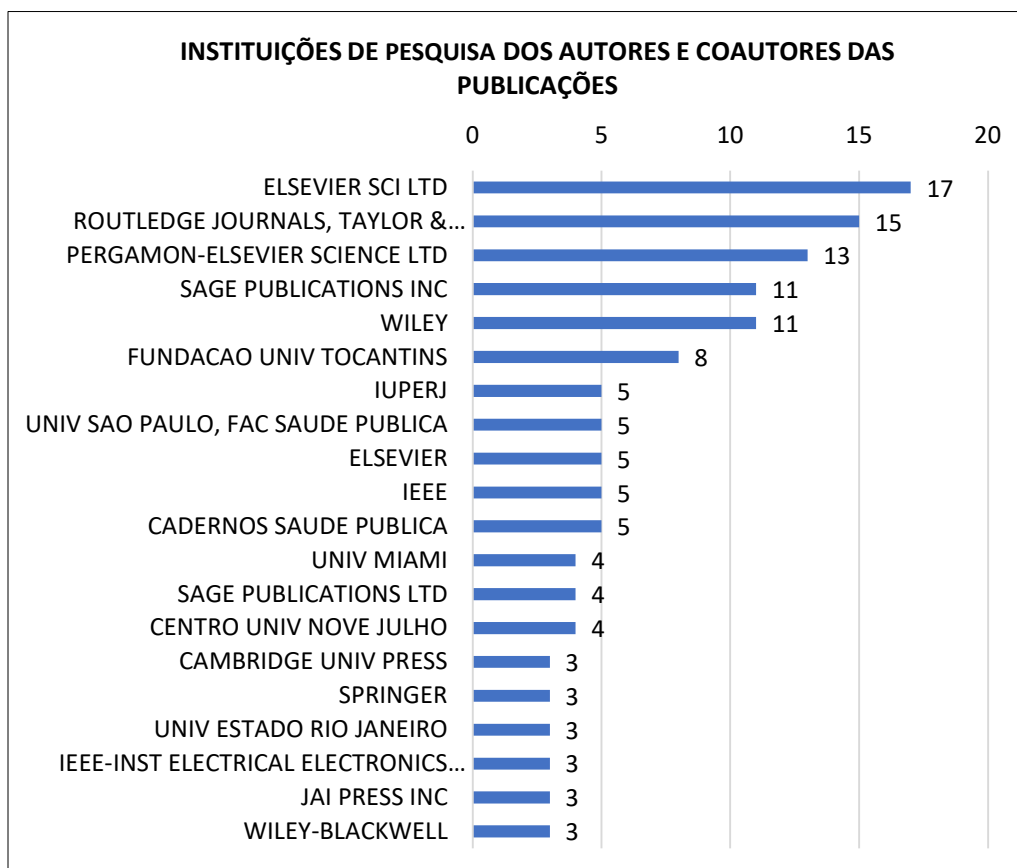


Figura 5: Instituições de pesquisa dos autores e coautores das publicações.

Apenas 6 instituições de pesquisa são brasileiras, sendo Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), na 6ª colocação, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Universidade de

São Paulo, Cadernos Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública, Centro Universitário Nove Julho e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que totalizam 30 trabalhos científicos, evidenciando que nenhuma instituição brasileira está nos primeiros lugares. As demais instituições da amostra não foram listadas na Figura 4, tendo em vista que produziram abaixo de dois trabalhos científicos.

Revistas científicas

As produções científicas têm por regra a publicação dos seus estudos para maior transparência e divulgação à comunidade científica, para isso são publicados em revistas científicas ou em congressos, com a finalidade de atingir o público-alvo de uma determinada área. Portanto, a identificação das revistas científicas que mais publicam, facilita a decisão dos pesquisadores quanto ao periódico e sua classificação para o qual podem submeter seus estudos para publicação. A Figura 6, no mapa gerado pelo Bibliometrix, apresenta as dez revistas que mais publicaram sobre o tema.

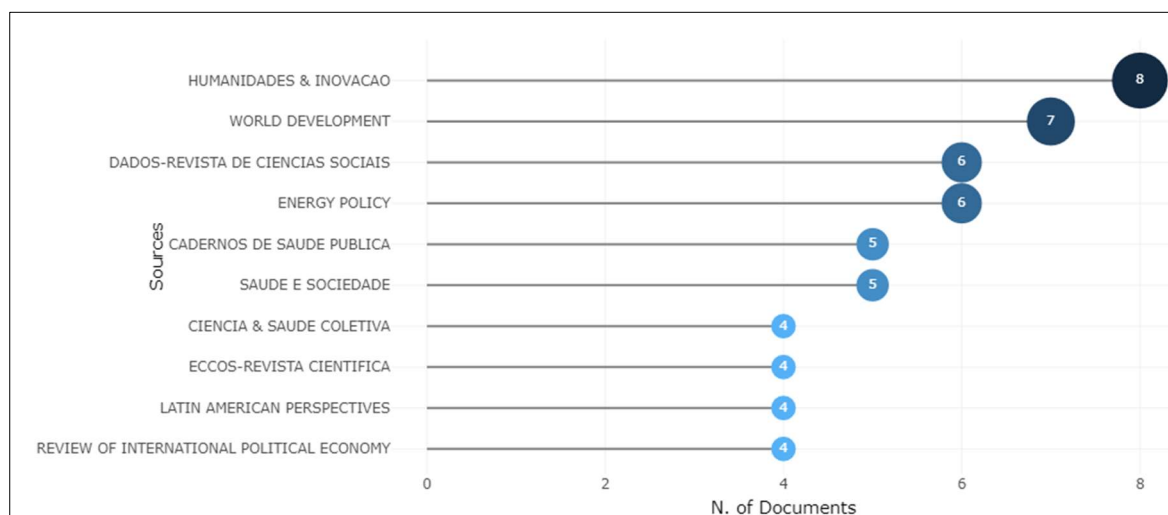


Figura 6: As dez revistas científicas que mais publicaram.

A amostra trouxe 159 revistas científicas. As revistas científicas que mais publicaram os trabalhos da área pesquisada foram Revista Humanidades & Inovação, com oito publicações, e World Development, com sete publicações, sendo que as não listadas na figura 6 tinham abaixo de três publicações.

Número de publicações por ano

Mais uma análise importante realizada foi a evolução no número de publicações anual sobre as privatizações públicas brasileiras desde 1945 a 30 de julho de 2022. A Figura 7 apresenta o número de publicações anual.

Ressalta-se que o primeiro ano de publicação foi 1989 com única publicação, como também é possível perceber que a partir de 2017 houve crescente aumento de publicações acima de dez sobre o tema. Destaca-se o ano de 2020 com 30 publicações/ano, sendo até o momento ano recorde. Vale observar que a amostra foi extraída dia 30 de julho de 2022, portanto, o resultado pode alterar-se em nova busca.



Figura 7: Número de publicações anual.

Categorias do Web of Science

Como foi escolhido a base Web of Science, é importante verificar os como campos do conhecimento, as categorias enquadradas na base de dados. A Figura 8 apresenta as dez categorias que mais foram se enquadraram a produção científica sobre privatizações públicas brasileiras pelas diferentes categorias do Web of Science.

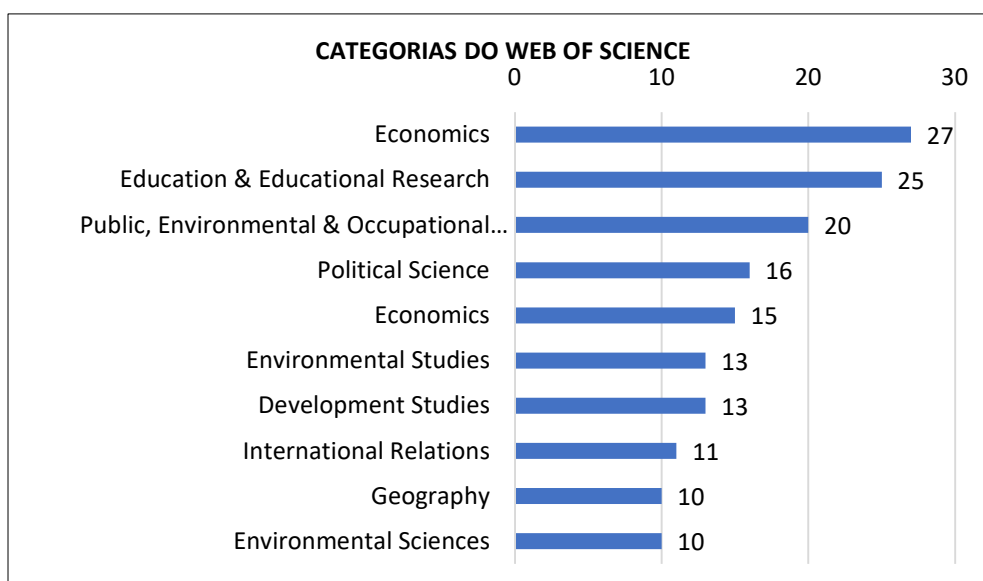


Figura 8: As 10 categorias mais utilizadas do Web of Science.

Vale apontar que um trabalho científico pode estar enquadrado em mais de um campo do conhecimento e quanto mais publicações um campo do conhecimento possui, maior é a sua representatividade na comunidade acadêmica. A categoria do Web of Science em que os trabalhos que se enquadraram foi economics, cujo significado é economia em português, com 27 enquadramentos.

Tipo de produção científica e idioma

Em última análise, a Figura 9 apresenta o tipo de produção científica e o idioma publicado.

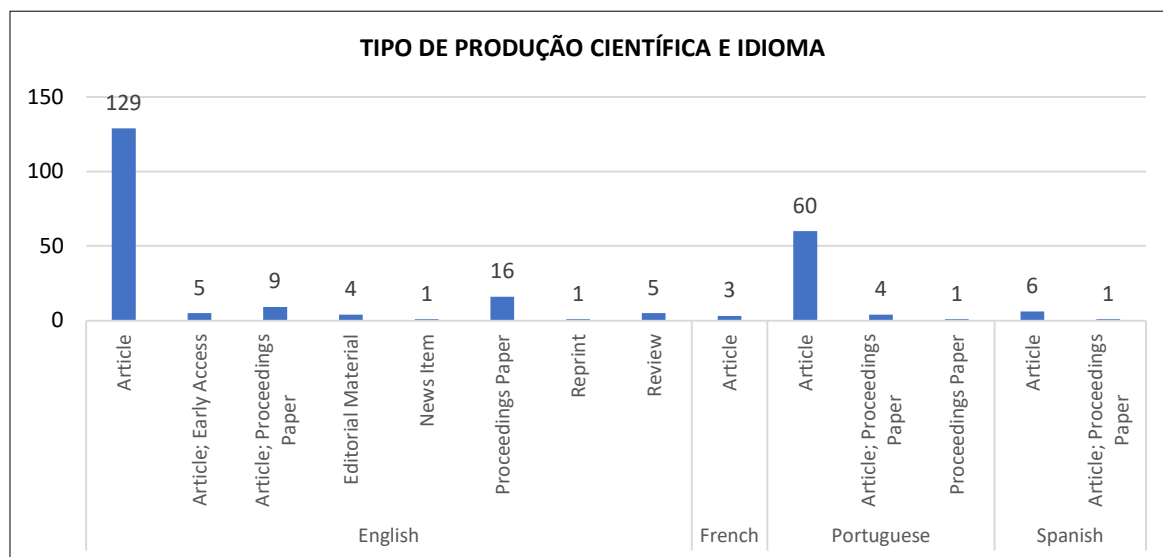


Figura 9: Tipo de produção científica sobre licitações públicas brasileiras e idioma.

Foi possível observar que 170 trabalhos científicos foram publicados na língua inglesa, três em francês, 65 em português e sete em espanhol, totalizando 245. Salienta-se que pode ser enquadrado mais de um tipo de produção científica, por exemplo, pode ser artigo e documentos de atas na base de dados Web of Science. A figura 9 apresenta esses dados separadamente. Evidencia-se que o idioma de predominância nas publicações é o inglês, como também os trabalhos científicos mais publicados foram artigos, com total de 195 trabalhos científicos.

CONCLUSÕES

Este artigo foi elaborado pelo método de bibliometria, com abordagem mista, trazendo resultados importantes sobre produção científica da área de privatizações públicas brasileiras, com uma amostra de 245 registros da base de dados Web of Science, extraída no dia 30 de julho de 2022, que possibilitou a identificação das teorias organizacionais mais utilizadas nesses trabalhos científicos dos autores que mais contribuíram com o tema.

As teorias organizacionais encontradas nos sete artigos de autores que mais contribuíram, três eram com acesso era gratuito e foram lidos integralmente, de modo que todos, implícita ou explicitamente, embora de forma menos abrangente, abordaram as teorias organizacionais, sendo as principais a Teoria da Escolha Pública, a qual considera que os indivíduos, independentemente do ambiente em que estão inseridos (privado ou público) se guiam por interesses próprios; e a Teoria Institucional, que aprecia as influências internas e externas como fatores que moldam o desenho organizacional.

A identificação de autores com os maiores números de publicações é primordial para o reconhecimento na comunidade acadêmica, pelos grupos de pesquisadores de maior expressividade na área específica. Em primeiro lugar está o autor Rui Cunha Marques com 4 publicações.

Dentre a amostra, as palavras-chave mais utilizadas foram os termos Privatization e Brazil, que significam, respectivamente, Privatização e Brasil, com total de 145 ocorrências.

Os países de coautores que mais contribuíram com o tema foram os Estados Unidos, com 53 artigos; Inglaterra, com 11 artigos; e Argentina, com oito artigos.

Outra importante análise foi das instituições de pesquisa que mais contribuíram, sendo que se destacam as 20 instituições, mas apenas seis são brasileiras: Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), na 6ª colocação, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Universidade de São Paulo, Cadernos Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública, Centro Universitário Nove Julho e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que totalizam 30 trabalhos científicos, evidenciando nenhuma instituição brasileira estar nos primeiros lugares.

As revistas científicas que mais publicaram os trabalhos da área de privatizações públicas brasileiras foram Revista Humanidades & Inovação, com oito publicações, e World Development com sete publicações. Também a amostra trouxe 159 revistas científicas no total para 245 trabalhos científicos, apresentando uma ampla rede de comunicação sobre o tema.

Ressalta-se que o primeiro ano de publicação foi 1989, com única publicação, como também é possível perceber que a partir de 2017 houve crescente aumento de publicações acima de dez sobre o tema, destacando-se o ano de 2020 com 30 publicações/ano, sendo até o momento ano recorde. Vale destacar que a amostra foi extraída dia 30 de julho de 2022, portanto o resultado desse ano pode se alterar caso se faça nova busca.

A categoria do Web of Science em que os trabalhos que se enquadraram foi economics que significa economia em português com 27 enquadramentos. Além disso, o tipo de produção científica e o idioma publicado, ficou evidente que 170 trabalhos científicos foram publicados no inglês; três em francês; 65 em português; e sete em espanhol, ou seja, o idioma de predominância nas publicações é o inglês, como também os trabalhos científicos mais publicados foram artigos, com total de 195 trabalhos científicos.

A principal limitação encontrada foi a indisponibilidade de artigos em meio gratuito a comunidade acadêmica, o que restringiu a pesquisa, pois, pela maioria ser de publicação em revista estrangeira, cobra-se pela leitura/download do trabalho. Por fim, a presente análise não esgota os demais estudos que possam ser realizados sobre o tema, sugerindo-se pesquisas futuras em outras bases científicas.

REFERÊNCIAS

ASTLEY, W. G.; VAN, V. A. H.. Debates e perspectivas centrais na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v.45, n.2, p.52-73, 2005.

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. 70 ed. São Paulo: 2011.

BERTERO, C. O.. Tipologias e teoria organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v.21, n.1, p.31-38, 1981. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901981000100003>

BERTERO, C. O.. Teoria da organização e sociedades subdesenvolvidas. **Revista de Administração de Empresas**, v.32, n.3, p.14-28, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901967000400004>

BRAVERMAN, H.. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar,1977.

CAFÉ, L.; BRÄSCHER, M.. Organização da Informação e Bibliometria. **Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v.13, n.1, p.54-75, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2008v13nesp1p54>

CAMPOS, S.; COSTA, R.. Teoria da Agência, Stewardship e Stakeholders: Um Ensaio Sobre sua Relevância no Contexto das Organizações. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v.8, n.3, p.77-91, 2018.

COSTA, N. R.. O regime regulatório e o mercado de planos de saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro,

v.13, n.5, p.1453-1462, 2008. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000500011>

DURANTE, D. G.; TEIXEIRA, E. B.. Os limites e possibilidades de desenvolvimento humano nas teorias organizacionais.

Desenvolvimento em Questão, v.6, n.11, p.125-151, 2008.

DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2008.11.125-151>

GEUS, A.. **A empresa viva**: Aprendizagem organizacional. Harvard Business Review. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S.. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>

KIM, J.; MAHONEY, J. T.. Property Rights Theory, Transaction Costs Theory, and Agency Theory: Na Organizational Economics Approach to Strategic Management. **Managerial and Decision Economics**, v.26, n.4, p.223-242, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1002/mde.1218>

MARENGO, L.; PASQUALI, C.. How to Get What You Want When You Do Not Know What You Want: A Model of Incentives, Organizational Structure, and Learning. **Organization Science**, v.23, n.1, p.1298-1310, 2012.

MEDEIROS, I. L.; VIEIRA, A.; BRAVIANO, G; GONÇALVES, B. S. Revisão Sistemática e Bibliometria facilitadas por um Canvas para visualização de informação. **Revista Brasileira de Design da Informação**, v.12, n.1, p.93-110, 2015. DOI: <https://doi.org/10.51358/id.v12i1.341>

MOREIRA, T.. O Processo de Privatização Mundial: Tendências Recentes e Perspectivas para o Brasil. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 97-112,1994.

MOTA, F. P. B.; BECK, C. G.; PEREIRA, R. C. F.; LIMA, T. A. P.; VALE, S. C.. A Utilização de Teorias em Estudos Organizacionais Brasileiros: Uma Análise Bibliométrica. **Revista Administração**, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p.447-467, 2010. DOI: <https://doi.org/10.13058/raep.2010.v11n3.139>

NARZETTI, D. A; MARQUES, R. C. Policies and incentives for developing universal access to water and sanitation for vulnerable families. **Water Policy**, v.24, n.3, p.485-499, 2022. DOI: <https://doi.org/10.2166/wp.2022.227>

NASCIMENTO, G. C.; RODRIGUES, V. J. R. J.; MEGLIORINI, E.. Conceitos da teoria institucional: fonte propulsora de evolução para a gestão de desempenho. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 17. **Anais**. Belo Horizonte: CBC, 2010.

NOGUEIRA, R. A.; ODELIUS, C. C.. Aprendizagem: evolução no contexto das teorias organizacionais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v.5, n.1, p.3-18, 2015.

PAO, M. L.. **Concepts of information retrieval**. Englewood, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 1989.

PELAEZ, C. A. M.. Desregulamentação e privatização no mundo: implicações para o Brasil. **Revista Conjuntura Econômica**, v.54, n.2, p.43-47, 2000.

PINHEIRO, A. C.. Impactos microeconômicos da privatização no Brasil. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.26, n.3, p.357-398, 1996.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.. Os antecedentes macroeconômicos e a estrutura institucional da privatização no Brasil. In: PINHEIRO, A. C.; FUKASAKU, K.. **A privatização no Brasil**: o caso dos serviços de utilidade pública. Brasília: BNDES, 2000, p.13-44.

REZENDE, U. S.. Teoria organizacional: dogmática ou ideologia?. **Revista do Serviço Público**, v.39, n.4, p.85-99, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v39i4.2241>

SALGADO, L. H.. **Agências regulatórias na experiência brasileira**: um panorama do atual desenho institucional. Brasília: Ipea, 2003.

SARTO, V. H. R.; ALMEIDA, L. T.. A teoria de custos de transação: uma análise a partir das críticas evolucionistas. **Revista Iniciativa Econômica**, v.2, n.1, p.21-46, 2015.

SILVA FILHO, E. B.. A Teoria da Firma e a Abordagem dos Custos de Transação: Elementos para uma Crítica Institucionalista. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, v.17, n.2, p.259-277, 2006.

SOUSA, A. C. A.; COSTA, N. R.. Ação coletiva e veto em política pública: a trajetória da frente nacional pelo saneamento ambiental (1998-2002). **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.8, p.3541-3552, 2011.

TAGUE-SUTCLIFFE, J.. An introduction to informetrics. **Information Processing & Management**, v.28, n.1, p.1-3, 1992. DOI: [https://doi.org/10.1016/0306-4573\(92\)90087-G](https://doi.org/10.1016/0306-4573(92)90087-G)

TIERLING, I. M. B. M.; SCHMIDT, C. M.. Ação Coletiva e Criação de Valor: Um Estudo na Associação de Produtores de Corumbataí do Sul (PR). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.13, n.2, p.3-25, 2017. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v13i2.2987>

TRAJANO, B. B.; HEISSLER, I. P.; BIANCHI, M.; SOUZA, R. B. L.. Utilização de Teorias de Base nas Teses dos Programas de Pós-Graduação em Contabilidade da Região Sul do Brasil. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2. **Anais**. Porto Alegre: 2017.

WEISS, M. C. V.; KEHRIG, R. T.. Teoria Organizacional numa perspectiva crítica na formação de Sanitaristas para a Gestão em Saúde Coletiva. **Revista Estudos de Administração e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.29-41, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22409/eas.v1i1.9>

Os autores detêm os direitos autorais de sua obra publicada. A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detêm os direitos materiais dos trabalhos publicados (obras, artigos etc.). Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas ou digitais sob coordenação da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.